

Frontispício

ATA N.º 17

REUNIÃO:

ORDINÁRIA

ORDINÁRIA PÚBLICA

EXTRAORDINÁRIA

DATA DA REUNIÃO: Quarto de junho de dois mil e dezoito.

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de reuniões no 3.º piso do edifício dos Paços do Concelho.

PRESIDIU: O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.

PRESENCAS E FALTAS

- Presidente:

António Domingos da Silva Tiago – Presente.

- Vereadores:

José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho – Presente.

Ana Cristina Alves Correia – Presente.

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras – Presente.

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho – Presente.

António Manuel Leite Ramalho – Presente.

Mário Nuno Alves de Sousa Neves – Presente.

Jaime Manuel da Silva Pinho – Presente.

Paulo Fernando de Sousa Ramalho – Presente.

Paula Cristina Romão Pereira – Presente.

Marta Moreira de Sá Peneda – Presente.

INÍCIO DA REUNIÃO: Dezassex horas e trinta minutos.

ENCERRAMENTO: Dezoito horas e trinta minutos.

SECRETARIOU A REUNIÃO: A Diretora do DAGSA, Dra. Alexandra Maria de Carvalho Pereira.

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS: A ordem da própria agenda.

PRESTOU COLABORAÇÃO TÉCNICA:-----



PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
1	- <u>Retificação das atas das reuniões camarárias realizadas nos dias 3 e 16 de abril.</u>	1, 1.1 a 1.6	<p>Aprovação das alterações propostas pelo Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, após auscultação das gravações das atas das reuniões camarárias realizadas nos dias 3 e 16 de abril, por unanimidade.</p> <p>Intervenções:</p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho; - Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira; <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p> <p>3) Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pela Diretora de Departamento do DAGSA, Alexandra Carvalho.</p>
2	- <u>Período de antes da ordem do dia.</u>	2, 2.1 a 2.10	<p>Intervenções:</p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho; - Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras; - Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira; - Dra. Marta Moreira de Sá Peneda; - Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho; - Dr. José António Andrade Ferreira.

PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
3	<p>- <u>Atribuição de apoio financeiro à Socialis – Associação de Solidariedade Social, para continuação do desenvolvimento das atividades do Centro de Apoio à Vida “Semente” e Centro Local de Apoio às Integração de Migrantes.</u></p> <p>Proposta n.º 13 513/18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho.</p>	3, 3A a 3D	<p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p> <p>3) Apresentação de requerimento pela Coligação “Um Novo Começo” a solicitar informação sobre “Residência partilhada” - “Casa do Sobreiro” – REQ n.º 016.</p> <p>4) Apresentação de requerimento pela Coligação “Um Novo Começo” a solicitar informação sobre o INEM – REQ n.º 017.</p> <p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p>
4	<p>- <u>Atribuição de subsídios para participação nas Festas e Romarias do concelho da Maia.</u></p> <p>Proposta n.º 21 088/18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves.</p>	4, 4A e 4B	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p>
5	<p>- <u>Atribuição de subsídios para participação nas Festas e Romarias do concelho da Maia.</u></p> <p>Proposta n.º 21 414/18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves.</p>	5, 5A a 5B	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p>

PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
6	<p>- <u>Atribuição de subsídios às Associações Culturais e Recreativas do concelho da Maia.</u></p> <p>Proposta n.º 21 810 /18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves.</p>	6, 6.1 a 6.3, 6A e 6B	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p> <p>Intervenções:</p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira; - Doutor Mário Nuno de Sousa Neves; - Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho; - Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras. <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>
7	<p>- <u>Atribuição de subsídio à Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro Fins.</u></p> <p>Proposta n.º 15 356 /18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves.</p>	7, 7A e 7B	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p>
8	<p>- <u>Gabinete de Acompanhamento e Aconselhamento Psicológico e Pedagógico (GAAPP) – Obrigatoriedade de Registo do Município na Entidade Reguladora da Saúde (ERS) - pagamentos da respetiva taxa de registo e subsequentemente contribuição regulatória anual.</u></p> <p>Proposta n.º 20 688/18, subscrita pela Senhora Vereadora do Pelouro da Juventude, Dra. Marta Moreira de Sá Peneda.</p>	8, 8.1, 8A a 8N	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p> <p>Intervenções:</p> <p>Exmo Senhor Vereador: Dr. José António Andrade Ferreira.</p>

Data: 04 JUN 2018
Fl. D

PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
9	<p>- <u>Atribuição de um subsídio a título excepcional, ao Grupo Desportivo “Os Maiatos”, no valor de 3060,50 Euros, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara na realização do Campeonato Nacional de Enduro 2018, nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2018, na Madeira.</u></p> <p>Proposta n.º19 781 /18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>	9, 9.1, 9A a 9C	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p> <p>Intervenções:</p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <ul style="list-style-type: none">- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho;- Doutor Mário Nuno de Sousa Neves;- Dr. José António Andrade Ferreira.
10	<p>- <u>Pagamentos de quotas a “AdEPORTo – Agência de Energia do Porto.</u></p>	10, 10.1, 10 A a 10C	<p>Aprovação do pagamento no montante de 12 459,00 Euros, por unanimidade.</p> <p>Intervenções:</p> <p>1) Exma Senhora Vereadora:</p> <ul style="list-style-type: none">- Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras; <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>
11	<p>- <u>Projetos de intenção de decisão relativa ao processo de vistoria de segurança.</u></p> <p>Processo n.º 19/17.</p>	11, 11A a 11D	<p>Aprovação da intenção de decisão de processo de vistoria de segurança, determinando que a audiência se processe por forma escrita e que os interessados sejam notificados para no prazo de dez dias se pronunciarem, por unanimidade.</p>
12	<p>- <u>Projeto de intenção de decisão relativa a processo de vistoria de salubridade.</u></p> <p>Processo n.º 02/18.</p>	12, 12A a 12F	<p>Aprovação da intenção de decisão de processo de vistoria de salubridade, determinando que a audiência se processe por forma escrita e que os interessados sejam notificados para no prazo</p>

PONTO Nº.	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
13	<p>- <u>Vistorias de segurança.</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. Processo n.º 25/17;2. Processo n.º 26/17.	13, 13A a 13F 14, 14A a 14C	<p>de dez dias se pronunciarem, por unanimidade.</p> <p>Aprovação dos autos de vistorias de segurança, por unanimidade.</p>
14	<p>- <u>Pedido de informação prévia.</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. Carla Patricia Araújo Ruas Pereira;2. Maria José Assunção Duarte.	15, 15A a 15D 16, 16A e 16B	<ol style="list-style-type: none">1. Aprovação da inviabilização do pedido de informação prévia, por unanimidade.2. Aprovação da viabilização do pedido de informação prévia, por unanimidade.
15	<p>- <u>Processos de loteamento.</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. João da Costa;2. Julieta Nogueira Maia Vilaça;3. Zélia Fernanda Nogueira Maia Vilaça;4. Século Simétrico – Construção e Gestão de Imóveis, Lda.;5. ROPE – Sociedade de Gestão de Imóveis, S.A., e Joaquim Silva – Sociedade Gestão de Imóveis, LTD..	17, 17A a 17D 18, 18A e 18B 19, 19A e 19B 20, 20A e 20B 21, 21A e 21B	<ol style="list-style-type: none">1. Aprovação da concessão da alteração ao lote, por unanimidade2, 3 e 4 - Aprovação dos deferimentos e concessões das alterações aos lotes, por unanimidade.5. Aprovação do auto de receção definitiva, por unanimidade.
16	<p>- <u>Processos de construção.</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. Maria da Conceição Pereira Barbosa;2. António Maurício da Silva Moreira.	22, 22A a 22C 23, 23A e 23C	<ol style="list-style-type: none">1 e 2 - Aprovação com vista ao cumprimento do disposto no n.º 8, do art.º 27.º do RJUE e deferir o projeto de arquitetura, por unanimidade.

Data: 04 JUN 2018
Fl. F


PONTO Nº.	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
17	- <u>Aprovação da ata da reunião camarária realizada em 07 de maio de 2018.</u>	24, 24.1, 24A a 24CX	Aprovação da ata, por unanimidade, tendo a câmara deliberado corrigir as intervenções no período de antes da ordem do dia dos seguintes Vereadores: - Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras – páginas 127 e 130; - Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira Página 123. Intervenções: 1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as): - Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras; - Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira; 2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.
18	- <u>Comemorações do Dia Europeu da Segurança Rodoviária – 9 de maio de 2018 – Teatro a “Brisinha – Primeiro a Segurança”.</u> Informação n.º 22 756/18, elaborada pela Comandante de Polícia Municipal, Dra. Romana Bré de Abreu.	25, 25A a 25C	Tomado conhecimento.
19	- <u>Posto de Atendimento do Maia Welcome Center.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	26, 26A a 26C	Tomado conhecimento.
20	- <u>Posto de atendimento de Águas Santas.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	27, 27A a 27C	Tomado conhecimento.

Data: 04 JUN 2018
Fl. G

<i>PONTO Nº.</i>	<i>ASSUNTO</i>	<i>PÁGINA</i>	<i>RESOLUÇÃO</i>
21	- <u>Complexo Municipal de Tênis.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	28, 28A a 28C	Tomado conhecimento.
22	- <u>Complexo Municipal de Ginástica.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	29, 29A a 29C	Tomado conhecimento.
23	- <u>Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	30, 30A a 30C	Tomado conhecimento.
24	- <u>Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	31, 31A 31C	Tomado conhecimento.
25	- <u>Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	32, 32A a 32C	Tomado conhecimento.
26	- <u>Posto de Atendimento do Fórum da Maia.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	33, 33A a 33C	Tomado conhecimento.

Data: 04 JUN 2018

Fl. H

PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	 RESOLUÇÃO
27	- <u>Posto de Atendimento da Biblioteca.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	34, 34A a 34C	Tomado conhecimento.
28	- <u>Posto de Atendimento do Complexo Ambienta da Quinta da Gruta.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	35, 35A a 35C	Tomado conhecimento.
29	- <u>Maia – Comércio Internacional – março 2018.</u>	36, 36A e 36B	Tomado conhecimento.
30	- <u>Maia – Desemprego Registado no Concelho – março de 2018.</u>	37, 37.1, 37.2, 37A e 37B	Tomado conhecimento. Intervenções: 1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as): - Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira; - Dr. Paulo Fernando de Sousa Ramalho;
31	- <u>Expediente.</u> Ofício n.º 21 625/18, da Assembleia Municipal da Maia.	38 e 39	Tomado conhecimento.

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (1)

PONTO N.º 1

RETIFICAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES CAMARÁRIAS REALIZADAS NOS DIAS 3 E 16 DE ABRIL.

-----Presente, para aprovar as retificações das atas das reuniões camarárias realizadas nos dias 03 e 16 de abril, face às alterações propostas pelo Senhor Vereador, Dr. José Francisco Vieira de Carvalho, após auscultação das gravações:-----

Ata da reunião ordinária de 03 de abril:-----

Ponto n.º 20

Folha 31.2, acrescentar ao penúltimo parágrafo: "Ou então, mando agendar para a próxima";-----

Folha 31.3, último parágrafo: "Passados dois meses, prosseguiu o Senhor Vereador, o Presidente disse o mesmo, ou seja, que ainda estava a pensar no caso, e ficamos à espera e bem, que viesse o caso para discussão, e agora chegam aqui com o facto consumado";-----

Folha 31.4, depois do último parágrafo: " A Senhora Vereadora Marta Peneda, interveio, afirmando que podiam votar e depois trazer o ponto para demitir o Provedor e eleger outro";-----


Folha 31.5, passa a 31.7, com as seguintes modificações no 6.º parágrafo: "Acrescentou o Senhor Vereador, que a pessoa apresentada pela Câmara, para este cargo, era alguém que nunca teve um cargo autárquico, no sentido da gestão autárquica pura e dura, e que a pessoa que nós, "Um Novo Começo", apresentou era mais idónea e com maior fundamento para o cargo, e que era uma homenagem que todos faziam a essa pessoa. Pensou que o Senhor Presidente iria ficar contente, mas pelos vistos ficou à rasca. É uma pessoa que devemos ter muito respeito".-----


Folha 31.6 passa a 31.5;-----

Folha 31.7 passa a 31.6;-----

Folha 31.9:-----

- acrescentar ao 3.º parágrafo: "Se não soubessem se o nome ia ser aceite ou não";-----


Data: 18 / 06 / 04

Fl. (1.1) 

- Acrescentar ao 4.º parágrafo: "Já em dezembro e em janeiro, falámos no caso, e disseram que era cedo, e agora vêm com tudo já feito. Percebo que a pessoa que vocês proponhem é muito próxima do Senhor Presidente, e que tem feito umas coisas muito boas para ele, tem feito coisas únicas";-----

- No 5.º parágrafo: "Proseguiu o Senhor Vereador, referindo que é obvio que nós não íamos falar com ninguém, sem antes em reunião de Câmara estarmos todos de acordo, que entendiam que era um nome justo e bom para a Maia.....era o que mais justo parecia. Eu não faço ideia se aceita ou não. Os primeiros a saber e discutir o nome eram vocês, isto é que é sério".-----

- **Ata da reunião ordinária de 16 de abril:**-----

Ponto n.º 3

Folha 3.6, acrescentar ao 3º parágrafo: "O subsídio para fazer face ao défice que tem com os mais idosos e com os meninos".-----

- **Ata da reunião extraordinária de 16 de abril:**-----


Folha 1.1:-----

- antes do 3.º parágrafo (Pelos Vereadores foi então aceite.....), inserir, "Pelo Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho, interveio, dizendo que já fez uma breve análise das contas, faltando informação, e já tinha enviado por e-mail, o pedido dos dados ao Senhor Presidente e à Dra. Alexandra Carvalho. E que sem esses dados, não conseguia fazer uma correcta análise das contas".-----

- depois do 4.º parágrafo (Pelo Senhor Presidente foi então dada a palavra à secretária daMunicipal), inserir, "A Dra. Alexandra Carvalho, disse que iria enviar de imediato para os Senhores Vereadores, a apresentação de contas que acabou de apresentar em power point".-----

-----À Câmara para deliberar.-----

-----O Senhor Presidente informou que este ponto dizia respeito a um pedido de retificação das atas de 3 e de 16 de abril, formulado pelo Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho, acrescentando que a Câmara não iria transcrever para as citadas atas a sugestão do Senhor Vereador. É que as atas em causa já se encontravam aprovadas.-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (1.2)



-----Acrescentou o Senhor Presidente que a Câmara iria aprovar esta explicitação e que ficaria nesta ata, que tem o devido reporte com as outras atas.

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, dizendo que pessoalmente não tinha percebido o que acontecia com aquelas alterações.

-----O Senhor Presidente referiu que as alterações sugeridas pelo Senhor Vereador iriam constar da ata da reunião de 4 de junho; isto porque não podiam ser vertidas nas atas de 3 e de 16 de abril pois já se encontravam aprovadas por unanimidade, o que impede que sejam acrescentadas.-----


-----Mais referiu o Senhor Presidente que não podiam decidir uma coisa e depois, passados quinze dias, decidir outra, pelo que as alterações em causa farão parte desta ata, mas com o reporte ou dizendo respeito às atas de 3 e de 16 de abril já devidamente aprovadas.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão perguntou se todas as correções feitas a atas anteriores tinham ficado vertidas nas mesmas atas, tendo a Secretária da reunião, Alexandra Carvalho, respondido que todas as alterações em que a minuta da ata dizia de forma expressa que foram aprovadas em ata, com exceção das ressalvas que iriam ser introduzidas pelos Senhores Vereadores aos pontos que eram mencionados, iriam ficar nessa própria ata, porque esta foi aprovada nesse pressuposto.-----

-----A Senhora Vereadora acrescentou que percebia então que todas as correções efetuadas anteriormente ficariam nas próprias atas, questionando assim quando é que estas poderiam ficar disponibilizadas.-----

-----A Secretária da reunião, Alexandra Carvalho, respondeu que as atas ficavam disponibilizadas, depois de devidamente corrigidas e assinadas pelos intervenientes, sendo enviadas para publicação no site da Câmara Municipal.---

-----O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, afirmando que o que o Senhor Presidente acabara de dizer não era o que estava em ata, pois o que estava em ata era que ele iria ouvir as atas em causa e o que fosse para mudar ou alterar, iria ser aqui feito.-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (1.3)



-----Acrescentou o Senhor Vereador que se lhe dissessem que não ia haver mudança de atas, não teria ido ouvi-las, porque o que aqui lhe foi dito e bem, foi que estas atas não estavam ainda prontas, e então era ir só à ata e mudar o que fosse preciso.-----

-----Assim, não sendo possível essa situação, não aceita que assim seja feito nem aceita que na ata de 4 de junho se venha a dizer isto, porque muda o sentido a esta ata.-----


-----Acrescentou ainda que, em relação à ata do dia 16 de abril, que era das contas, a mudança era total, tendo em conta o voto da Coligação “Um Novo Começo” no dia 20 de abril, que tinha a ver com o que se passou no dia 16 e a ata desse dia 16 não espelhava isso, que só agora o alcança com esta sua mudança.-----


-----O Senhor Presidente referiu que não era anexo nenhum, mas sim o ponto 1 da ata daquele dia 4 de junho, informando ainda que não podiam fazer isto de outra forma porque as pessoas votaram nessa reunião em que o Senhor Vereador não esteve presente.-----

-----Referiu ainda que os membros da Câmara já votaram e que, portanto, era um ato consumado e que, por informação dos serviços jurídicos, tal não era possível, pois não podia haver nenhuma retificação da ata já aprovada.-----

-----Mais acrescentou o Senhor Presidente que a ata estava aprovada na sua versão final, com aprovação por unanimidade, e que o Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho – que apenas veio na reunião seguinte – ao referir que havia falhas tinha-lhe sido dito que poderia ouvir as gravações e depois dizer o que é que ali faltava.-----

-----Esta foi a interpretação dada pelo Senhor Presidente ao assunto, mas os serviços, posteriormente, consideraram que essas alterações não podiam integrar a ata já que estava aprovada (estava fechada) e, por isso mesmo, estas alterações iriam ser colocadas no primeiro ponto da ata de 4 de junho, havendo, inclusivamente, ali um pormenor que a Secretária da reunião dizia não ser exatamente como o Senhor Vereador escrevia.-----


Data: 18 / 06 / 04

Fl. (1.4) 

-----A Secretária da reunião, Alexandra Carvalho, referiu que ouviu as gravações e que confirmou que não disse que de imediato iria enviar o power point, mas sim apenas que o enviaria, na sequência de uma intervenção da Senhora Vereadora Paula Cristina Romão.-----

-----O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, afirmando que embora a Câmara lhe tivesse aqui dito que ele iria ouvir as gravações, e o que fosse alterado ou corrigido iria ser então posto em ordem, alguém da parte técnica da Câmara veio dizer que não era possível, tendo em conta que a ata já tinha sido aprovada, por unanimidade.-----

-----O Senhor Presidente reafirmou que, estando a ata aprovada, não era passível de alteração.-----

-----O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho afirmou, então, que aquilo que lhe tinha sido dito na última reunião não valia nada, pois tinham-lhe dito que depois de ele ouvir as gravações, o que estivesse mal se iria repor.

-----Acrescentou ainda que mesmo estando aprovada a ata, e existindo ali um lapso que não tinham visto, pois onde era folha 5 era a folha 7, onde era a folha 6 passava a ser a 5 e que a folha 7 passava a ser a folha 6, e se quisessem que a ata em causa fosse aquela, então que a assumissem para o mal e para o bem.-----


-----Referiu ainda que o que lhe interessava era que as atas do dia 3 e do dia 16 de abril estavam mal feitas, existindo ali erros graves, e que depois disto tudo, virem-lhe dizer que os técnicos diziam que não se podia inserir na ata as alterações propostas, questionava então quem mandava ali na Câmara, se eram os técnicos ou se era a Câmara.-----

-----Prosseguiu afirmando que se lhe tivessem dito isso antes, não teria ido ouvir as atas, nem tinha feito aquilo tudo, acrescentando que em relação à ata do dia 3 de abril, que era o ponto 20, a ata conforme estava era completamente falsa, porque da folha 5 passava para a folha 8, da folha 8 passava para a folha 6, da folha 7 passava para a folha 9, e o que aqui foi dito por todos, era que eu iria ouvir as gravações e as atas, realçando que a equipa técnica foi fantástica, coisa que queria que ficasse registado em



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (1.5)



ata, que viu com ele as atas e que depois percebeu que existiam ali falhas graves, porque ele começou a ler a ata, e entre a folha 4 e a folha 9, havia uma troca de páginas, tendo o problema sido agora por corrigido pelo Senhor Vereador, mas o problema era que, conforme lhe estavam a dizer, as atas em causa não poderiam ser mudadas.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi referido que ainda bem que o Senhor Vereador tinha corrigido a ata, pela sua própria mão, tendo esse mérito.---

-----O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho afirmou que relativamente à ata do dia 3 de abril, a parte técnica tinha dito que não poderia ser alterada, por já ter sido aprovada, quando o aprovado fora apenas, e só, em termos internos, pois não estava posto em nenhum site, tendo o Senhor Vereador colocado ali a questão se era possível ou não alterar a ata.-----


-----Pelo Senhor Presidente foi dito que os serviços jurídicos da Câmara, analisando esta boa vontade da Câmara, aconselharam que fosse feito desta forma, isto é, que aquilo que estava deliberado e decidido em determinada reunião, estava assim feito, e mesmo que ainda não tivesse sido colocado no site, a maneira mais acertada para não ter nada de imperfeito era esta.-----

-----Acrescentou o Senhor Presidente que, como pessoa responsável que é, ouvia as pessoas e ouvia os serviços jurídicos da Câmara, que era para isso que eles existem, e que não colocava em causa essa análise jurídica e aceitava-a como boa, estando assim espelhada a verdade das coisas e que esta ata iria acrescentar, neste assunto, a outra.-----

-----O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho afirmou que não, que esta ata não repunha a correção da outra e que o que ali tinha sido dito e que estava em ata, era que ele iria ver as atas e depois proceder à sua correção ou alteração.-----

-----Acrescentou o Senhor Vereador que, assim, queria que ficasse em ata que ele não concordava com aquela coisa, pois aquilo era falsificar uma ata, não colocando em causa se tinha sido feita de boa ou de má vontade, mas que tendo


Data: 18 / 06 / 04

Fl. (1.6) 

em conta que a ata era a mesma, pressupunha que a ideia era que, de facto, houvesse interesse em que não dissesse aquilo que ali disseram.-----

-----Acrescentou ainda o Senhor Vereador que não via questão legal nenhuma para aquilo, e que lhe tinha sido dito para retificar as atas e o Senhor Presidente estava-lhe a dizer que a ata não iria ser retificada, não cumprindo com o que estava ali no ponto um daquela ata.-----

-----O Senhor Presidente afirmou que aquela era a visão do Senhor Vereador e que a visão dos serviços jurídicos da Câmara era outra e que ele não queria incorrer em aprovar hoje uma coisa no órgão, que era aquela, e passado quinze dias ir à ata, que já tinha sido aprovada por unanimidade, e alterá-la.-----

-----Acrescentou que não poderia fazer isso, pelo que propunha a aprovação das alterações sugeridas pelo Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho às atas de 3 de 16 de abril, a serem aprovadas pela Câmara Municipal na ata de 4 de junho.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (2)

PONTO N.º 2

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.---

-----O Senhor Vereador José António Andrade Ferreira interveio, afirmando que iria falar sobre os serviços de apoio à integração do Município, designadamente sobre a impossibilidade de se recorrer a uma residência partilhada designada por Casa do Sobreiro, que estava localizada no Bairro do Sobreiro e que resultava de uma parceria entre a Santa Casa da Misericórdia e a Espaço Municipal, com vista à integração de indivíduos em manifesta situação de exclusão social, em condição de sem abrigo ou em condição de pobreza extrema.-----

-----Acrescentou que o que se tem registado é que esta casa tinha uma lotação máxima prevista para seis indivíduos de sexo masculino, e que estava neste momento ocupada por um único indivíduo, referindo ainda que a sua ocupação nunca foi além de três, estando sempre subaproveitada.-----

-----Mais referiu que considerava que, e ele sublinhava que não estavam a falar de serem criadas situações que pudessem criar acréscimo de despesa, mas antes que estavam a falar em ser dada uma utilização capaz às estruturas que já existiam, que neste momento estavam subaproveitadas.-----


-----Acrescentou ainda o Senhor Vereador que a ocupação não era gratuita, pagando os utilizadores 150 euros por mês, sendo uma ocupação temporária acompanhada supostamente por técnicos de apoio social e de apoio psicológico e tendentes à integração do indivíduo do ponto de vista profissional, laboral e social.-----

-----Mais referiu o Senhor Vereador, pelo que foi o passado recente de crise que todos atravessaram nestes últimos anos, com um aumento significativo do número de indivíduos em situação de exclusão social, que lhes parecia incompreensível que aquela estrutura estivesse em clara subutilização, e que por isso apresentavam um requerimento a solicitar que lhes fosse facultado o regulamento de funcionamento daquela Casa do Sobreiro, bem assim como os critérios de admissibilidade à casa e ainda o proto-



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (2.1)




colo celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia e a Espaço Municipal, tendente à sua utilização.-----


-----A Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho interveio, referindo que esta habitação tinha sido atribuída à Santa Casa da Misericórdia, por esta entidade conhecer algumas situações que precisavam de enquadramento, referindo que a habitação social não era o destino imediato, tratando-se antes de um conjunto de homens que só iam para lá quando estivessem numa determinada fase da sua evolução, sendo acompanhados pelo Centro Comunitário do Sobreiro, e que a questão do pagamento não dizia respeito à habitação em concreto, mas sim a um conjunto de situações como a alimentação e outros apoios que eles tinham, propondo pedir à Santa Casa da Misericórdia um relatório para depois o apresentar ali em reunião.-----

-----O Senhor Vereador José António Andrade Ferreira acrescentou ainda mais um dado, pois quanto lhe era dado a conhecer, tinha havido sinalização de indivíduos em condições de poder ocupar a casa e que, por razões que desconhecia, esses requerimentos não tinham chegado a tempo e não chegaram a ter provimento, desconhecendo o porquê.-----

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que no âmbito da política do bem-estar animal do Município, o Senhor Presidente no seu programa político tinha proposto algumas medidas no âmbito da política do bem-estar animal, algumas delas que até exigiam investimentos bastante avultados, como era o caso da construção do centro de excelência bem-estar animal da Maia.-----

-----Acrescentou a Senhora Vereadora que, no entanto, após a tomada de posse do Senhor Presidente, a situação na Maia estava, do seu ponto de vista, caótica, assistindo diariamente a diversos animais abandonados nas estradas, como por exemplo, em Águas Santas, designadamente, no cruzamento da Rua do Mosteiro com a Rua Dr. António dos Santos, em que eram visíveis dezenas de cães abandonados em matilhas, não se podendo passar lá a pé pois era perigoso e os animais todos juntos causavam ali alguma perturbação.-----


Data: 18 / 06 / 04

Fl. (2.2) 

-----Mais referiu que o centro de recolha oficial estava cheio e que a informação que tinha era que, neste momento, não se encontrava a recolher mais animais, pelo julgavam que existiam situações de pequeno impacto a nível de custos, mas que deveria ser rapidamente implementado por esta Autarquia, referindo-se em concreto a uma campanha de esterilização animal, que considerava ser fundamental.-----

-----Mais referiu que, nos Municípios à volta do concelho da Maia, se verifica que têm sido feitas campanhas de esterilização, que são defendidas pelo próprio PAN, e que são consideradas uma das medidas preventivas mais importantes ao nível desta política.-----

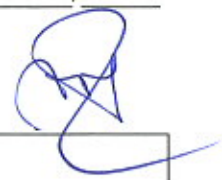
-----Esclareceu a Senhora Vereadora que chamava ali à colação este assunto, em virtude da notícia que tinha saído no dia 24 de maio, no Jornal Público, que dava nota que cerca de doze mil animais seriam abatidos em média anualmente no país, pelas diversas Autarquias, sendo que no Norte estava concentrada a sua maior expressão.-----

-----Mais referiu que a Lei 27/2016 dava dois anos de período transitório, para se poder fazer algum abate e que esse período terminava em setembro, e que assim perguntava que medidas é que estavam de facto a ser implementadas, para resolver este problema.-----

-----De igual modo, fez ainda a Senhora Vereadora referência a algumas famílias carenciadas, perguntando se já estava a ser implementada uma proposta que tinha trazido no último mandato, sobre a criação de um regulamento para que, mediante determinadas condições, as famílias pudessem ter acesso a uma esterilização gratuita.-----

-----Mais perguntou a Senhora Vereadora sobre qual era o ponto de situação do processo de construção do CEBEA, que tinha um investimento previsto de dois milhões e meio a três milhões de euros, bem assim como o ponto de situação do protocolo com o hospital veterinário da Universidade do Porto, e relativamente ao veterinário municipal também perguntava se já tinham um a tempo inteiro ou se ainda tinham que dividir com Valongo.-----


Data: 18 / 06 / 04

Fl. (2.3) 

-----Acrescentou que esteve aberta uma candidatura à Direção Geral de Alimentação e Veterinária, na ordem dos 15 mil euros a cada Autarquia que quisesse candidatar-se para a esterilização e, assim, perguntava se a Câmara da Maia tinha concorrido.-----

-----A Senhora Vereadora Marta Peneda interveio, afirmando que concordava com a primeira parte da intervenção da Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras, pois de facto, quer no anterior mandato quer neste mandato, a ambição da política estratégica municipal de bem-estar animal, era imensa.-----


-----Acrescentou que tinha reunido várias vezes com o PAN e em relação à política de esterilização animal, a Câmara Municipal já estava a fazê-la, incluindo o que dizia respeito à candidatura à Direção Geral de Alimentação e de Veterinária, em que tinha participado com uma candidatura.-----

-----Em relação ao panorama geral, a Senhora Vereadora acrescentou que tinha falado com os seus colegas de outros concelhos vizinhos, e que, efetivamente, o aparecimento de cães em matilhas era um problema comum e não só da Maia, atrevendo-se a Senhora Vereadora a dizer que o caso da matilha em Águas Santas não seriam cães de habitantes do concelho da Maia, pois o feedback que tem tido com a Divisão do Ambiente dá nota que temos conseguido capturar os animais, que podem ser do concelho vizinho.-----

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora, que no concelho de Matosinhos apresentaram há pouco tempo um sistema novo, em parceria com espanhóis, na captura de animais e entendeu-se que não se justificaria investir ou aprofundar este assunto, porque não tínhamos casos denunciados que assim o justificassem.-----


-----Mais referiu a Senhora Vereadora que poderia fazer o ponto de situação relativamente à esterilização dos animais e convidar a Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos de Lameiras para se apresentar no nosso centro de recolha e poder verificar a veracidade dos factos.-----

-----Por último, referiu a Senhora Vereadora que quanto ao veterinário municipal, ainda a semana passada veio a reunião de Câmara a aprovação do



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (2.4)



contrato precário da médica veterinária para integrar o quadro do Município, referindo que ainda não era veterinária médica concelhia, facto que dependia apenas da comunicação da tutela e que assim eram obrigados a partilhar o médico veterinário com Valongo.-----

-----O Senhor Presidente informou que o protocolo assinado pela Câmara com o ICBAS nada tinha a ver com estas questões, e que versava a instalação, na Maia, de um Centro de Investigação Animal que se centrará em animais de grande porte e não em animais de companhia.-----


-----Quanto à questão do CEBEA, o Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal estava a desenvolver um projeto, mas que, entretanto, tinha surgido a possibilidade do estabelecimento de uma parceria com a Sociedade Protetora dos Animais, que estavam a analisar, com vista a, eventualmente, esse empreendimento ser levado a efeito em conjunto com essa entidade; para breve está agendada uma reunião com a Sociedade Protetora dos Animais pelo que quando houvesse algo de consistente daria nota disso.-----


-----Acrescentou ainda o Senhor Presidente que se não houvesse acordo, prosseguiriam com o projeto mas que gostariam que os fundos comunitários pudessem alinhar com o mesmo.-----

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras pediu para ter acesso ao protocolo de colaboração com o hospital veterinário da Universidade do Porto, deixando reiterado que era muito importante a campanha de esterilização, tendo o Senhor Presidente afirmado que isso estava em curso, tendo já assinado os papéis e a candidatura.-----

-----O Senhor Vereador Jaime Silva Pinho interveio, falando de novo sobre a questão do INEM do Castelo, apresentando um requerimento onde estavam inscritas as perguntas que colocou ao Presidente na última reunião.-----

-----Acrescentou que também pretendia falar de novo na questão do Pedrouços, tendo o Senhor Presidente adiantado que tinha recebido um email do clube que referia ter chegado o final da época e que tinham recebido apenas duas mensalidades, enquanto os outros clubes da Maia tinham recebido seis, perguntando, assim,


Data: 18 / 06 / 04

Fl. (2.5) 

qual era a razão dessa discriminação negativa. Comentando este teor do e-mail o Senhor Presidente referiu que não discriminava ninguém e que tinha o maior apreço pelo Pedrouços, uma muito antiga coletividade desportiva da Maia e que, também por isso, lhe merece o maior respeito.-----

-----O Senhor Vereador prosseguiu a sua intervenção, fazendo um ponto de situação do clube, referindo que ficou pendente que os serviços municipais colocassem o Pedrouços no mesmo patamar de recebimentos das outras Coletividades, mas que era um facto que desde essa data, eles não tinham recebido mais nenhuma participação.-----


-----A Secretária da reunião, Alexandra Carvalho, informou que iria ver se a ata já tinha sido distribuída pelos serviços, para se proceder ao pagamento das mensalidades ao clube.-----

-----O Senhor Presidente informou a Câmara sobre a questão do pavilhão da Escola Secundária do Castelo da Maia, que estaria a ser usado pela Associação Académica de São Mamede, dando nota que se tratava de um pavilhão da Escola Secundária do Castelo da Maia e não de um pavilhão municipal.-----

-----Mais acrescentou o Senhor Presidente que o Diretor da escola lhe comunicou que o pavilhão era utilizado pela Escola Secundária nos seus tempos letivos e que o Agrupamento de Escolas do Castelo tinha celebrado um protocolo, que foi validado pela Parque Escolar, com uma Coletividade, a Academia de Ginástica do Castelo da Maia, no âmbito do qual esta entidade obtinha um uso gratuito mediante o compromisso de equipar o pavilhão ou ginásio.-----


-----Acrescentou ainda que percebeu que esta Coletividade terá “alugado” o espaço à Académica de São Mamede, tendo o Senhor Presidente referido ao Diretor que esta situação deveria ser corrigida.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, afirmando que não e iria pronunciar sobre esta questão, mas que achava que seria de bom senso esclarecer ao máximo a situação, pois como se sabia, esta construção da escola



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (2.6)



do Castelo foi totalmente monitorizada na altura em que estava como Diretora da escola, conhecendo muito bem a planta e tudo o que dizia respeito à construção.-----

-----Mais acrescentou que era um ótimo pavilhão, que valia a pena ir visitá-lo, perguntando se o Senhor Presidente sabia quem era que estava à frente da Academia de Ginástica do Castelo da Maia, explicitando que esta situação já vinha desde há três ou quatro anos a esta parte.-----

-----Referiu ainda que não pagavam nada à escola, e que, em contrapartida, faziam a manutenção do ginásio, coisa com que o grupo de educação física esteve de acordo.-----

-----O que de todo, nunca o grupo de educação física esteve de acordo, foi com o facto de esta mesma Academia alugar o espaço a terceiros.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não sabia quem estava à frente da Academia de Ginástica do Castelo da Maia.-----

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras, que foi quem colocou a questão numa reunião anterior, afirmou que em face das explicações do Senhor Presidente dever-se-ia agir rapidamente para acabar com esta situação, tendo o Senhor Presidente dito que o problema não era da Câmara Municipal mas sim da escola, tendo já sensibilizado o Diretor da escola a acabar com esta situação.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (3)

PONTO N.º 3

ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À
SOCIALIS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDA-
RIEDADE SOCIAL, PARA CONTINUAÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDA-
DES DO CENTRO DE APOIO À VIDA
“SEMENTE” E CENTRO LOCAL DE APOIO
À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES.-----

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho, registada sob o n.º 13 513/18, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere no sentido da presente proposta, e em consequência, aprove e autorize a atribuição de uma comparticipação financeira à Socialis – Associação de Solidariedade Social, no valor de 9 975,00 Euros, sendo que a comparticipação financeira a conceder visa contribuir para o equilíbrio financeiro da Instituição.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 04.07.01, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 1295 e compromisso nos Fundos Disponíveis n.º 2759.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (4)

PONTO N.º 4

**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COM-
PARTICIPAÇÃO NAS FESTAS E ROMA-
RIAS DO CONCELHO DA MAIA.**

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves, registada sob o n.º 21 088/18, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere aprovar a concessão de subsídio às Comissões Fabriqueiras designadas na mesma no valor de 7250,00 Euros, cujo pagamento será efetuado no prazo máximo de sessenta (60) dias, a contar da data de aprovação da presente proposta.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 04.07.01, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º1260 e compromissos nos fundos disponíveis n.ºs 2671 a 2675, 2677 a 2679.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (5)

PONTO N.º 5

**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COM-
PARTICIPAÇÃO NAS FESTAS E ROMA-
RIAS DO CONCELHO DA MAIA.**-----

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves, registada sob o n.º 22 414/18, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere aprovar a concessão de subsídio às Comissões Fabriqueiras designadas na mesma no valor de 4500,00 Euros, cujo pagamento será efetuado no prazo máximo de sessenta (60) dias, a contar da data de aprovação da presente proposta.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 04.07.01, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 1260 e compromissos nos fundos disponíveis n.ºs 2680, 2681, 2683 a 2684.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (6)

PONTO N.º 6

**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSO-
CIAÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS
DO CONCELHO DA MAIA.-----**

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves, registada sob o n.º 21 810/18, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere aprovar a concessão de subsídio tendo em vista a contribuição para a manutenção e desenvolvimento da vida cultural e associativa das Associações Culturais e Recreativas designadas na mesma, no valor total de 20 000,00 Euros.-----

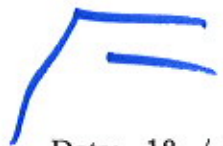
-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 04.07.01, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 1282 e compromissos nos Fundos Disponíveis n.ºs 2723 a 2730, 2737, 2738 e 3222.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, afirmando que verificou o Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Públicos, que datava de 2015 e que contemplava no seu artigo 7.º, que até 31 de dezembro de cada ano, a Câmara Municipal deveria definir os projetos, eventos ou atividades e aprovaria os objetivos e os critérios gerais e específicos de atribuição de benefícios públicos, previstos naquele regulamento, para vigorarem no ano civil seguinte.-----


-----Assim, colocou a questão se lhes podiam disponibilizar os objetivos e os critérios gerais e específicos de atribuição destes subsídios, que deveriam ter sido regulamentados até 31 de dezembro de 2017.-----

-----De igual modo, também dizia no artigo 5.º, que as competências para a atribuição desses subsídios, careciam do preenchimento de um



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (6.1)



impresso, de uma check-list de verificação do processo de concessão desses benefícios públicos.-----

-----Acrescentou a Senhora Vereadora, que como nem uma nem outra situação estavam ali anexas e deveriam fazer parte integrante daquele documento, surgiu-lhe esta dúvida para perceber qual eram os critérios subjacentes à atribuição destes subsídios.-----

-----A Secretária da reunião, Alexandra Carvalho, informou ter ali os requerimentos e as check-lists de atribuição dos subsídios, que eram documentos instrutórios e indispensáveis para os assuntos virem à reunião de Câmara, e que o pelouro da cultura é que definia os critérios e objetivos de atribuição dos benefícios públicos.-----

-----O Senhor Vereador Mário Nuno Neves informou que o critério de atribuição dos benefícios públicos das festas e romarias era sempre o mesmo, que era o critério de apoio às instituições formais e às tradições de cada sociedade civil de todos os anos, tendo todos os anos as mesmas festas.-----

-----Mais esclareceu que todos os anos tinham que haver festas, romarias e procissões, tendo a Senhora Vereadora Paula Cristina Romão informado que agradecia a explicação, mas que o próprio regulamento dizia que, até 31 de dezembro a Câmara Municipal deveria definir os projetos, eventos ou atividades e aprovar os objetivos e os critérios gerais e específicos de atribuição de benefícios públicos, para o ano civil seguinte.-----

-----O Senhor Vereador Mário Nuno Neves respondeu, afirmando que o regulamento era um regulamento geral que resultava da lei e que manifestamente não fora pensado pelo Legislador para instituições do carácter das que eram subsidiadas, pois do ponto de vista de algumas especificidades da área cultural, o regulamento não as percebia.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão afirmou perceber a explicação do Senhor Vereador Mário Nuno Neves, mas que, no entanto, o regulamento tinha sido aprovado pelos vereadores da maioria, com a absten-

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (6.2)

ção do Partido Socialista, e portanto era da inteira responsabilidade dos Senhores Vereadores da maioria aquela situação.-----

-----O Senhor Presidente referiu à Senhora Vereadora que a Câmara Municipal tinha evoluído muito ao longo dos anos também a este nível, informando que se estava ali a perder tempo com a questão.-----

-----A Senhora Vereadora respondeu dizendo que não estava ali para perder tempo, mas sim que estava em ano sabático e queria aprender como é que estas coisas funcionavam e esta era uma proposta que vinha a votação e tinham de saber o que estavam a votar, e a primeira pergunta que fazia sempre era quais eram os critérios, para tentar avalizar da justiça, do facto de serem justos ou não estes valores que eram atribuídos nestas romarias.-----

-----O Senhor Presidente referiu que a vontade da Câmara Municipal era que estes subsídios tivessem uma tendência decrescente e que a sociedade civil e as comunidades locais deveriam interagir e crescentemente suportar esses custos. É que para este efeito, e para muitos outros efeitos, quase sempre olham para a Câmara Municipal, mas esta não é imensa.-----

-----O Senhor Vereador Jaime Silva Pinho interveio, afirmando que ninguém estava chocado com estes valores, porque só quem por lá passou é que sabia o que é que estávamos a falar e a questão era mais o saber se iam assumir uma responsabilidade em votar, sabendo que havia um critério justo.-----

-----O senhor Presidente informou que havia ali também um critério histórico, dizendo que havia muitas pessoas que levavam a cabo uma festa ou romaria por si só e que não precisavam de apoio, devendo estes exemplos ser enaltecidos.-----

-----Mais acrescentou que o que a Câmara Municipal deseja é que as comunidades sejam capazes de organizar e custear, por elas próprias, os eventos e festas, e que não dependessem da Câmara para as realizar.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, dizendo que levantou esta questão, que não tinha nada a ver propriamen-

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (6.3)

te com essa situação que o Presidente estava a falar, mas sim que tinha a ver com uma questão de equidade.-----

-----O Senhor Presidente informou que não podia existir essa equidade, isto nos termos utópicos em que está a ser colocada pela Senhora Vereadora.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão respondeu, dizendo que não era nada disso que estava a querer dizer, mas sim que, perante o que ali estava, em que lhes pediam para votar estes subsídios, e que de forma alguma estava ali a dizer que não deveriam ser votados, gostaria de fazer uma comparação, sabendo que o Senhor Presidente iria, outra vez, ficar zangado com ela, que tinha que fazer com estes subsídios a estas dezanove Associações Culturais e Recreativas, cujo valor correspondia ao valor pelo qual fizeram o protocolo com o Doutor David Justino.-----

-----Acrescentou ainda a Senhora Vereadora, que não era uma questão pessoal, mas sim uma questão de gestão dos dinheiros públicos e principalmente porque continuava a dizer que gostava de dar o seu contributo e que nem o seu contributo a deixavam dar.-----

-----O senhor Presidente informou que os pedidos são analisados, avaliados e a sua valia verificada criteriosamente.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão respondeu que a sua questão não era como o Presidente estava a afirmar, mas sim que o critério de equidade era só entre as dezanove Associações ali presentes na proposta, solicitando à Secretária da reunião, Alexandra Carvalho, que lhe fossem facultados os critérios de atribuição daqueles subsídios.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (7)

PONTO N.º 7

**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA
DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA
DE SÃO PEDRO FINS.**

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves, registada sob o n.º 15 356/18, na qual propõem que a Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro Fins, no valor de 2398,30 Euros, para a edição de 200 exemplares do livro “Apontamentos da Vida e Obra de D. José Alves Correia da Silva”, cujo pagamento será efetuado no prazo máximo de sessenta (60) dias a contar da data da aprovação da presente proposta.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 04.07.01, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 1296 e compromisso nos Fundos Disponíveis n.º 1584.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (8)

PONTO N.º 8

GABINETE DE ACOMPANHAMENTO E ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO E PEDAGÓGICO (GAAPP) – OBRIGATORIEDADE DE REGISTO DO MUNICÍPIO NA ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE (ERS) – PAGAMENTO DA RESPECTIVA TAXA DE REGISTO E SUBSEQUENTE CONTRIBUIÇÃO REGULATÓRIA ANUAL.

-----Presente a proposta subscrita pela Senhora Vereadora do Pelouro da Juventude, Dra. Marta Moreira de Sá Peneda, registada sob o n.º 20 688/18, na qual propõe que a Câmara delibere aprovar a presente proposta:-----

1. Autorizar o registo do Município da Maia no Sistema de Registo de Estabelecimentos Regulados (SRER) da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) e o pagamento da respetiva taxa de inscrição, no montante de 1000,00 Euros;-----
2. Autorizar o pagamento da subsequente contribuição regulatória, no montante de 500,00 Euros, a liquidar anualmente, vencendo-se 12 meses após a data da constituição da obrigação legal do registo referido no número anterior e enquanto o mesmo se mantiver ativo.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificações Económicas 06.02.03.05.03 e 02.02.25.99, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 1292 e compromisso nos Fundos Disponíveis n.º 2756.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----O Senhor Vereador José António Andrade Ferreira interveio, afirmando que tinha algumas dúvidas sobre a obrigatoriedade desta inscrição na ARS, pois pensava que o acompanhamento psicológico não fazia parte das atividades médicas, mas que era uma situação que não deveriam recusar, porque deixava ali uma porta aberta, para outro tipo de intervenções, nomeadamente, nos casos mais graves, se fosse necessário uma intervenção do psiquiatra ou do médico generalista que estava prevista, dado que isto tinha um custo simbólico de inscrição de mil euros e um custo anual de quinhentos euros, julgando ser de aprovar, embora tivesse algumas reservas sobre a obrigato-

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (8.1)

riedade desse documento.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (9)

PONTO N.º 9

ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO A TÍTULO EXCECIONAL, AO GRUPO DESPORTIVO “OS MAIATOS”, NO VALOR DE 3060,50 EUROS, TENDO EM VISTA A COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DESTA CÂMARA NA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO NACIONAL DE ENDURO 2018, NOS DIAS 22, 23 E 24 DE JUNHO DE 2018, NA MADEIRA.

-----Presente a proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, registada sob o n.º 19 781/18, na qual propõe que a Câmara Municipal delibere, aprovando a presente proposta, autorizar a atribuição de um subsídio excecional, ao Grupo Desportivo “Os Maiatos”, no montante de 3060,50 Euros, como comparticipação financeira na representação do Município, no Campeonato Nacional Enduro 2018, que será liquidado por conta da rubrica própria constante no Orçamento do Município para o ano de 2018, no prazo de 30 dias após a celebração de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos moldes da minuta aprovada na reunião camarária de 03 de dezembro de 2009.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 04.07.01, do Orçamento em vigor, conforme proposta de cabimento n.º 1269 e compromisso nos Fundos Disponíveis n.º 2687.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----O Senhor Vereador José António Andrade Ferreira interveio, afirmando que chamava a atenção para o facto que era a terceira vez este ano civil que apoiavam aquela Instituição, tendo o Senhor Vereador José Francisco Vieira



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (9.1)



de Carvalho sublinhado que tinha medo que os outros clubes viessem atrás da mesma situação, comparando os subsídios entre si.-----
-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (10)

PONTO N.º 10

**PAGAMENTO DE QUOTAS A “AdEPORTO –
AGÊNCIA DE ENERGIA DO PORTO” – RES-
PEITANTE AO ANO DE 2018.**-----

-----Presente um email da AdEPORTO – Agência de Energia do Porto, datado de 16/04/2018, com o registo interno n.º 21 765, a comunicar que de acordo com a Proposta aprovada na sua 18.ª Reunião de Assembleia Geral de 04 de abril de 2016, “o valor a pagar pelas quotas anuais serão atualizadas até 2020 de acordo com a média anual do *Índice de Preços no Consumidor (IPC)*, exceto habitação, conforme publicado pelo INE, para o Continente”.-----

-----O valor médio do IPC de 2017 foi de 1,38%, sendo a quota fixada para o ano de 2018 de 12 459,00 €, o qual corresponde a um acréscimo no montante de 169,00 €, conforme informação técnica subscrita pela Chefe de Divisão Dra. Marisa Alves.-----

-----Esta despesa tem cabimento na verba inscrita no Capítulo Orgânico 01.03 e Classificação Económica 02.02.25.99, do Orçamento em vigor, conforme propostas de cabimento n.ºs 320 e 1169, e compromissos nos Fundos Disponíveis n.ºs 868 e 2465, respetivamente. -----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras interveio referindo que a Câmara pagava cerca de 12 500,00 euros por ano, à Agência de Energia do Porto, perguntando em que é que se tem materializado estes serviços da Agência e qual tem sido o benefício para o Município e se existe algum relatório das atividades que fazem, entre outras coisas.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que sim, que a AdEPorto, e nomeadamente, elaborou a “Matriz de Energia do Município da Maia” sem custos para a Câmara Municipal.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (10.1)



-----Mais acrescentou que fazem também aconselhamento técnico sempre que a Câmara Municipal o solicita e que neste momento estão a realizar, para a Câmara e para a Área Metropolitana do Porto, o aconselhamento técnico para a preparação do concurso público para a concessão da energia elétrica em baixa tensão, caso seja essa a decisão de cada um dos Municípios versus a decisão de exploração direta. Neste processo as Câmaras Municipais uniram-se e incumbiram a Área Metropolitana do Porto de preparar as hipóteses e condicionantes de decisão, e que depois os Municípios, optando pela concessão, decidirão se abrirão concursos conjuntos numa base territorial, ou isoladamente, estando esta questão a ser ultimada.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento das quotas à AdEPORTO- Agência de Energia do Porto, respeitante ao ano de 2018.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (11)

PONTO N.º 11

**PROJETOS DE INTENÇÃO DE DECISÃO
RELATIVA AO PROCESSO DE VISTORIA
DE SEGURANÇA.**-----

-----No âmbito da “*Audiência dos interessados*” do Código do Procedimento Administrativo (C.P.A.), junto se anexa o processo de Vistoria de Segurança, registado sob o n.º 19/17, efetuada à habitação sita na Rua Sá e Melo, n.º 338, na freguesia da Cidade da Maia, concelho da Maia.-----

-----Notificados os proprietários, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, solicitaram os mesmos através de requerimento registado sob o número 5332/18, de 31 de janeiro de 2018, prorrogação do prazo, alegando para o efeito a existência de dificuldades económicas e de saúde, as quais foram consideradas e aceites pela Comissão de Vistorias tido em conta a exposição efetuada e alterado o conteúdo do Auto de Vistoria, dando 180 dias para proceder à realização das obras, conforme solicitado no requerimento.-----

-----Do referido processo faz parte o auto de vistoria de fls 9, 10, 11, 12 e 13 que foi lavrado pelos peritos que constituem a Comissão Vistorias nomeada para o efeito.-----

-----À Câmara para apreciação e decisão.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a intenção de decisão do processo de vistoria de segurança, determinando que a audiência se processe por forma escrita e que os interessados sejam notificados para, no prazo de dez (10) dias, se pronunciarem, em conformidade com o artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (12)



PONTO N.º 12

PROJETO DE INTENÇÃO DE DECISÃO
RELATIVA A PROCESSO DE VISTORIA DE
SALUBRIDADE-----

----- () No âmbito da “*Audiência dos interessados*” do Código do Procedimento Administrativo (C.P.A.), junto se anexa o processo de Vistoria de Salubridade, registado sob o n.º 02/18, efetuada ao edifício de habitação coletiva, sito na Praceta Eng.º José Adriano Moreira dos Santos, n.º 68 – 8.º dto. – (fração BU), na freguesia da Cidade da Maia, concelho da Maia.-----

-----Do referido processo faz parte o auto de vistoria de fls 19, 20, 21, 22, 23 e 24 que foi lavrado pelos peritos que constituem a Comissão de Vistorias nomeada para o efeito.-----

-----À Câmara para apreciação e decisão.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a intenção de decisão do processo de vistoria de salubridade determinando que a audiência se processe por forma escrita e que os interessados sejam notificados para, no prazo de dez (10) dias, se pronunciarem, em conformidade com o artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (13)

VISTORIA DE SEGURANÇA.

PONTO N.º 13.

----- () 1 - Presente o processo de Vistoria de Segurança, registado sob o n.º 25/17, efetuada ao edifício de habitação sito na Rua da Banda de Música de Moreira, n.º 221, na freguesia de Moreira, deste concelho.-----

----- Notificados os interessados, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, para audiência prévia, não responderam ao solicitado.-----

-----Do referido processo de fls. 41, 42, 43, 44, 45 e 46, que faz parte o Auto de Vistoria lavrado pelos peritos que constituem a Comissão nomeada para o efeito, que se anexa.-----

-----À Câmara para apreciação e decisão.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, e de forma a acautelar os riscos para a saúde pública e segurança dos moradores e/ou utilizadores do passeio adjacente à entrada do prédio, notificar de imediato a Administração do Condomínio, para que esta sinalize a área de afetação com as distâncias adequadas e que no prazo de 45 dias após notificação, na qualidade de administradores das partes comus do prédio, concluam nas melhores condições técnicas e em conformidade com o existente, a colocação dos elementos em falta e/ou outros, não percetíveis, mas que apresentem risco de queda.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (14)

----- (13) 2 - Presente o processo de Vistoria de Segurança, registado sob o n.º 26/17, efetuada ao muro de vedação do terreno sito na Travessa do Rosal (junto ao n.º 92), na freguesia da Cidade da Maia, deste concelho.-----

----- Notificado o interessado, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, para audiência prévia, não respondeu ao solicitado.-----

-----Do referido processo de fls. 5, 6 e 7, que faz parte o Auto de Vistoria lavrado pelos peritos que constituem a Comissão nomeada para o efeito, que se anexa.-----

-----À Câmara para apreciação e decisão.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, e porque se encontra em causa a segurança e saúde pública, por incumprimento do art.º 89 do Regime Jurídico e Edificação (RJUE), deverá o proprietário efetuar no prazo de cento e vinte (120) dias, a reconstrução do muro na zona referenciada e nas demais que apresentem irregularidades e/ou desaprumos.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (15)

PONTO N.º 14

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA.

----- (14) 1. Processo em nome de CARLA PATRÍCIA ARAÚJO RUAS PEREIRA, pessoa singular n.º 212.819.844, com residência na Rua da Banda de Música de Moreira, n.º 184, 1.º frente, freguesia de Moreira, concelho da Maia, registado sob o n.º 162/18, em 22 de janeiro.-----

-----A Divisão de Gestão Urbana emitiu informação técnica PI:296/18,2, desfavorável, a qual se anexa por fotocópia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, inviabilizar o pedido de informação prévia, em conformidade com a informação técnica anexa.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (16)

----- (14) 2. Processo em nome de MARIA JOSÉ ASSUNÇÃO DUARTE, pessoa singular n.º 211.951.714, com residência na Rua D. Manuel II, n.º 376, 1.º esq.º frente, freguesia da Cidade da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 2718/17, em 19 de julho.-----

-----A Divisão de Gestão Urbana emitiu informação técnica PI:3297/17,6, favorável, a qual s anexa por fotocópia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, viabilizar o pedido de informação prévia, em conformidade com a informação técnica anexa.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (17)

PONTO N.º 15

PROCESSOS DE LOTEAMENTO.


----- (15) 1. Processo em nome de JOÃO DA COSTA, contribuinte fiscal n.º 140439790, residente na Rua da Seara, n.º 71, freguesia Castelo da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 3673/17, em 27 de setembro, com vista à concessão da alteração ao lote 80 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 2/67.-----

-----A Divisão de Gestão Urbana emitiu informação técnica PI:1710/18,2, que se insere por fotocópia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara para deliberação.”.-----


-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a concessão da alteração ao lote 80 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 2/67, com sujeição às condições impostas na informação técnica.-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (18)



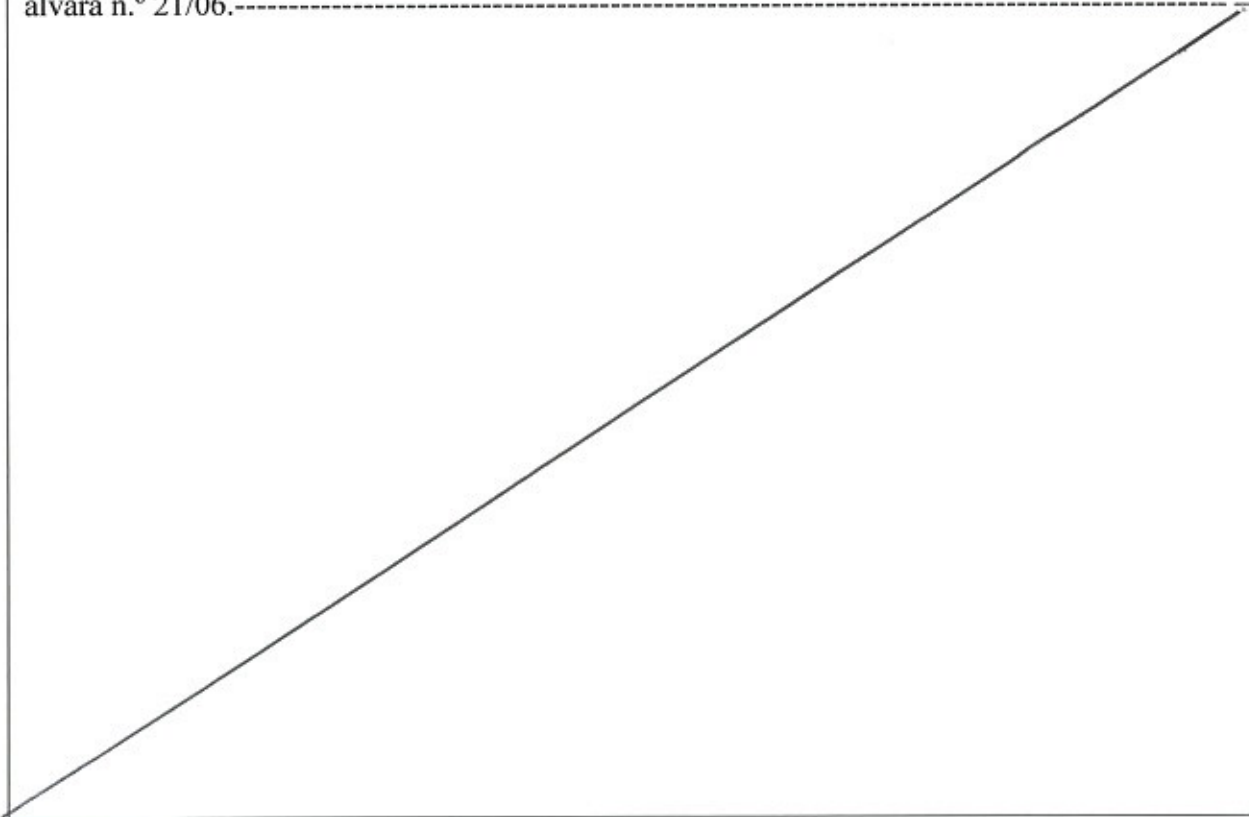
----- (15) 2. Processo em nome de JULIETA NOGUEIRA MAIA VILAÇA, contribuinte fiscal n.º 218741316, residente na Rua Central do Paiço, n.º 356 - 1.3, freguesia Castelo da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 4275/17, em 08 de novembro, com vista ao deferimento e concessão da alteração ao lote 13 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 21/06. -----

-----A Divisão de Gestão Urbana emitiu informação técnica PI:501/18,8, que se insere por fotocópia. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara para deliberação.”. -----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o deferimento e a concessão da alteração ao lote 13 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 21/06.-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (19.)



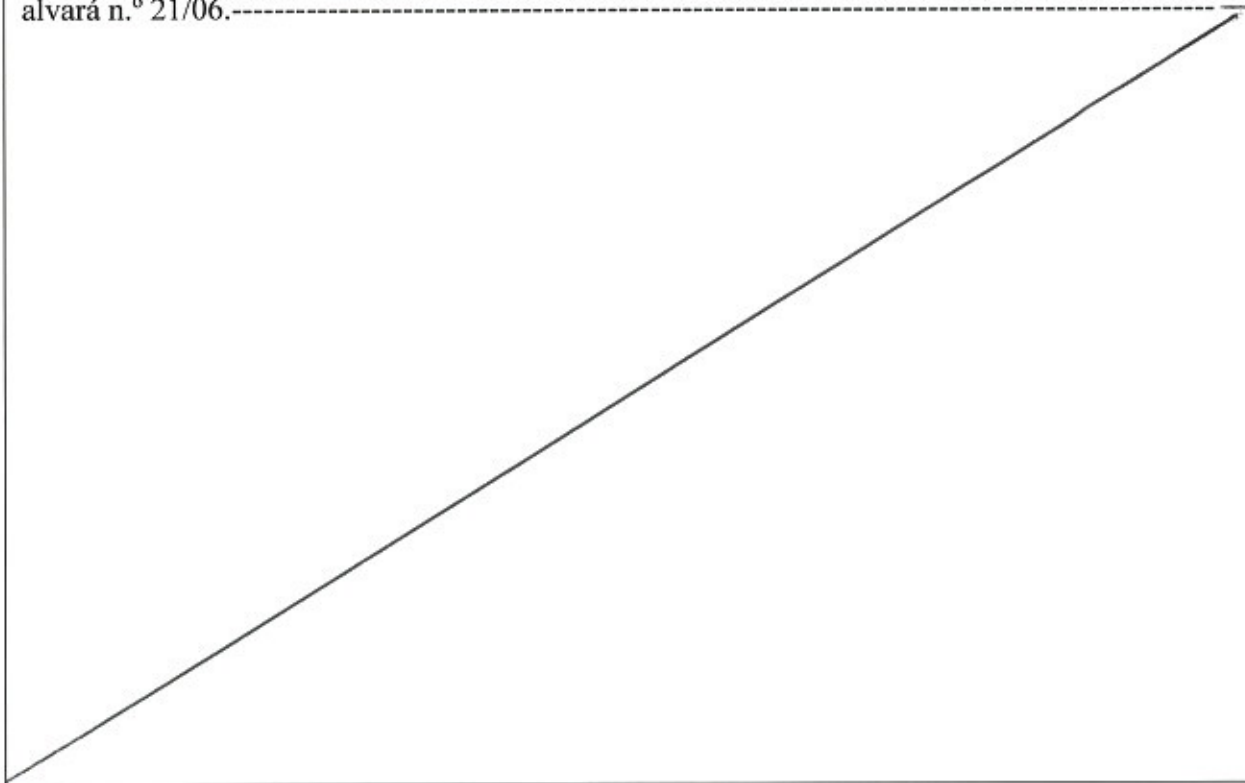
----- (15) 3. Processo em nome de ZÉLIA FERNANDA NOGUEIRA MAIA VILAÇA, contribuinte fiscal n.º 218753764, residente na Rua Central do Paiço, n.º 340 - 1.2, freguesia Castelo da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 4276/17, em 08 de novembro, com vista ao deferimento e concessão da alteração ao lote 14 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 21/06.-----

-----A Divisão de Gestão Urbana, emitiu informação técnica PI: 507/18,8, que se insere por fotocópia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara para deliberação.”.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

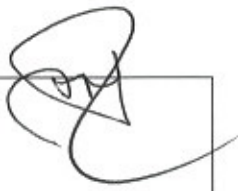
-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o deferimento e a concessão da alteração ao lote 14 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 21/06.-----





Data: 18 / 06 / 04

Fl. (20)



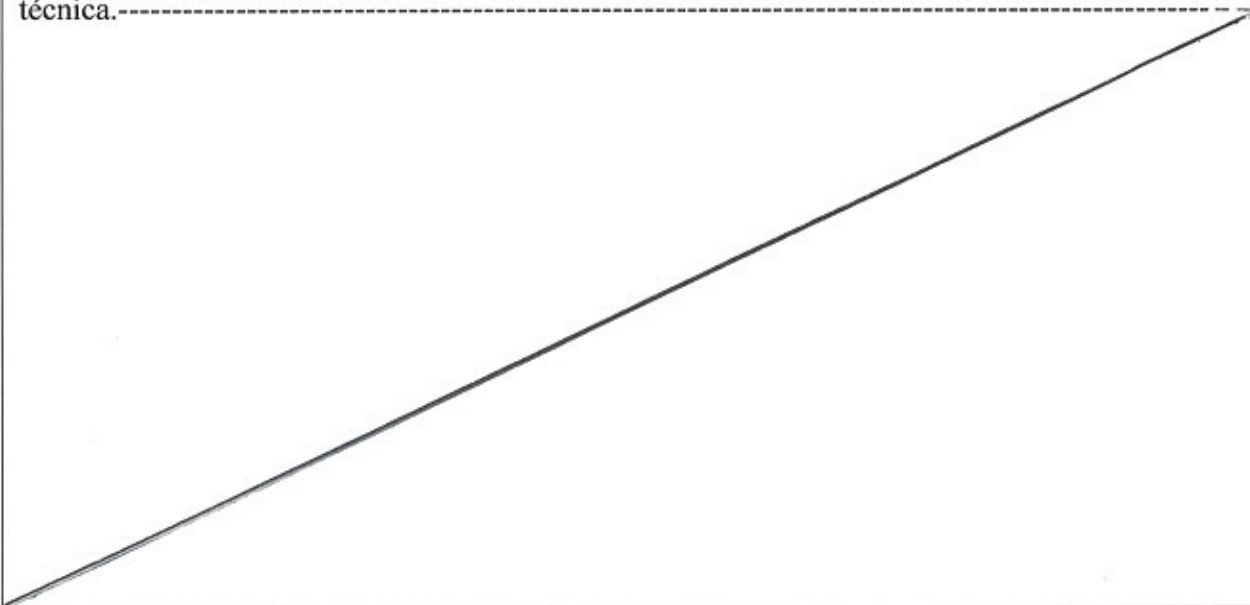
----- (15) 4. Processo em nome de SÉCULO SIMÉTRICO
- CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE IMÓVEIS, LDA, contribuinte fiscal n.º 513776869, com
sede na Rua Manuel Felisberto Marques Oliveira Júnior, n.º 180, freguesia Cidade da Maia,
concelho da Maia, registado sob o n.º 4354/17, em 14 de novembro, com vista ao deferimento e
concessão da alteração ao lote 6 do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 24/91,
alterado pelo aditamento n.º 49/08. -----

-----A Divisão de Gestão Urbana emitiu informação técnica
PI: 1207/18,6, que se insere por fotocópia. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º
António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara para
deliberação.”-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o
deferimento e a concessão da alteração ao lote 6 do loteamento para o qual foi emitido o alvará
n.º 24/91, alterado pelo aditamento n.º 49/08, com sujeição à condição imposta na informação
técnica.-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (21)

----- (15) 5. Requerimento em nome de ROPE - SOCIEDADE DE GESTÃO DE IMÓVEIS, SA., contribuinte n.º 501663991 e JOAQUIM SILVA- SOCIEDADE GESTÃO DE IMÓVEIS, LTD, contribuinte n.º 501661751, com sede na Rua 16 de Maio, n.º 3641, freguesia de SANTIAGO BOUGADO, concelho da Trofa, registado sob o n.º 1693/18, em 19 de abril, solicitando a receção definitiva das obras de urbanização do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 33/91, integrado no processo registado sob o n.º 224/89, em 20 de janeiro.-----

-----A Comissão de Vistorias nomeada para o efeito, emitiu Auto de Vistoria constante de fls. n.º 446, frente e verso do processo supramencionado, que se anexa por fotocópia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara para deliberação.”.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de receção definitiva das obras de urbanização do loteamento para o qual foi emitido o alvará n.º 33/91, integrado no processo registado sob o n.º 224/89, em 20 de janeiro.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (22)

PONTO N.º 16

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO.

----- (16) 1. Processo em nome de MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA BARBOSA, pessoa singular n.º 160.875.013, com residência na Rua do Godim, n.º 506, freguesia da Cidade da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 3500/17, em 18 de setembro, com vista ao cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura, sujeito às condições impostas na informação técnica PI:1129/18,2, que se anexa por fotocópia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista ao cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e deferir o projeto de arquitetura, sujeito às condições impostas na informação técnica.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (23)



----- (16) 2. Processo em nome de ANTÓNIO MAURÍCIO DA SILVA MOREIRA, pessoa singular n.º 140.444.696, com residência na Rua da Igreja, n.º 1020, freguesia do Castelo da Maia, concelho da Maia, registado sob o n.º 366/18, em 16 de fevereiro, com vista ao cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e ao deferimento do projeto de arquitetura, sujeito às condições impostas na informação técnica PI:1662/18,4, que se anexa por fotocópia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago, exarou despacho que se transcreve: “À Câmara”.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com vista ao cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e deferir o projeto de arquitetura, sujeito às condições impostas na informação técnica.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (24)

PONTO N.º 17

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO
CAMARÁRIA REALIZADA EM 07 DE
MAIO DE 2018.-----

-----Presente, para aprovação, a ata da reunião realizada em 07 de maio, de acordo com o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----À Câmara para deliberação.-----

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras interveio, afirmando que no pdf 112 estava lá no ponto 7, no Programa Municipal de Emergência Social, que a Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho se tinha ausentado da sala e que não tinha votado, questionando o porquê desta situação.-----

-----A Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho respondeu, afirmando que não votava as propostas relacionadas com a Misericórdia da Maia, porque a sua mãe era mesária.-----

-----Prosseguiu a Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras, propondo umas alterações, a fim de que a ata fosse, devidamente, corrigida.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, afirmando que a ata tinha imensas gralhas, com falta de letras, erros ortográficos, e que hoje mesmo esteve a ouvir a ata e concluiu que além de estar atenta ao que disse também tinha que estar atenta com o que outros disseram, tendo detetado que haviam períodos completos que não constavam na ata.-----

-----Acrescentou que tinha estado a ver esta questão com o Chefe da Divisão de Administração Geral, José Morais, alertando para a importância de que isto não voltasse a acontecer.-----

-----O Senhor Presidente disse que havia determinados ditos ou considerações que não são passíveis de constar em ata tendo em conta as

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (24.1)

circunstâncias ou momentos informais em que por vezes são proferidos e que não têm qualquer relevância, ao que a Senhora Vereadora retorquiu que não deveria ser o Senhor Presidente a pensar se queria que essas questões constassem ou não em ata.-----

-----Prosseguiu a Senhora Vereadora, afirmando que na ata deveria existir uma parte em que tinha feito uma intervenção à Senhora Vereadora da Educação, e que não constava na ata nem a pergunta em si nem a resposta, pelo que pretendia que a ata fosse corrigida nessa parte.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, corrigir as intervenções dos seguintes Vereadores:-----

- Eng.^a Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras – páginas 127 e 130 (24.S e 24.V);-----
- Prof.^a Doutora Paula Cristina Romão Pereira – página 123 (24.O).-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (**25**)

PONTO N.º 18

**CELEBRAÇÕES DO DIA EUROPEU DA
SEGURANÇA RODOVIÁRIA – 9 DE MAIO
DE 2018 – TEATRO A “BRISINHA - PRI-
MEIRO A SEGURANÇA”.**-----

-----Presente, para conhecimento, a informação elabo-
rada pela Comandante do Serviço de Polícia Municipal, Dra. Romana Bré de Abreu, regis-
trada sob o n.º 22 756/18, relativa ao Teatro “Brisinha – Primeiro a Segurança”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (26)

PONTO N.º 19

**POSTO DE ATENDIMENTO DO MAIA
WELCOME CENTER.** -----

**Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos.** -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Posto de Atendimento do Maia Welcome Center:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 20 de abril;-----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (27)

PONTO N.º 20

**POSTO DE ATENDIMENTO DE ÁGUAS
SANTAS.** -----

**Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos.** -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Posto de Atendimento de Águas Santas:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 19 de abril;-----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (28)



PONTO N.º 21

COMPLEXO MUNICIPAL DE TÊNIS. -----
Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos. -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Complexo Municipal de Tênis: -----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores e documentos resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 20 de abril; -----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (29)



PONTO N.º 22

COMPLEXO MUNICIPAL DE GINÁSTICA.
Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos. -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Complexo Municipal de Ginástica:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores e documentos, resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 20 de abril;-----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



PONTO N.º 23

**COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS
DE GUEIFÃES.** -----

**Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos.** -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores e documentos resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada em 19 de abril;-----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (31)

PONTO N.º 24

COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS
DE FOLGOSA. -----
Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos. -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores e documentos resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 19 de abril;-----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (32)

PONTO N.º 25

COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS
DE ÁGUAS SANTAS. -----
Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos. -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores e documentos resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 19 de abril;-----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (33)



PONTO N.º 26

**POSTO DE ATENDIMENTO DO FÓRUM
DA MAIA.** -----

**Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos.** -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Posto de Atendimento do Fórum da Maia:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 20 de abril;-----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (34)

PONTO N.º 27

POSTO DE ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA. -----

Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança

Externos. -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Posto de Atendimento da Biblioteca:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 20 de abril;-----

2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (35)



PONTO N.º 23

POSTO DE ATENDIMENTO DO COMPLE-
XO AMBIENTAL DA QUINTA DA GRUTA.

Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança
Externos. -----

-----Presente, para conhecimento, dois documentos emanados do Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, referentes ao Complexo Ambiental da Quinta da Gruta:-----

1. Relatório, datado de 11 de maio de 2018, relativo à contagem física de valores e documentos resultantes da cobrança de receitas por postos de cobrança externos à Tesouraria Municipal, efetuada no dia 19 de abril;-----
2. Balanço aos postos de cobrança externos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (36)

PONTO N.º 29

MAIA – COMÉRCIO INTERNACIONAL –
MARÇO 2018.-----

-----Presente, para conhecimento, o mail registado sob o n.º 23 678/18, de Filipe Gonçalves, do Maia Go, através do qual envia resumo síntese da dinâmica exportações referente às exportações no mês de março de 2018 e publicadas pelo INE.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (37)

PONTO N.º 30

**MAIA – DESEMPREGO REGISTRADO NO
CONCELHO – MARÇO DE 2018 .-----**

-----Presente, para conhecimento, o mail registado sob o n.º 23 674/18, de Filipe Gonçalves, do Maia Go, através do qual envia síntese do desemprego no concelho da Maia, no mês de março de 2018.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, afirmando que relativamente aos dados registados do desemprego verificado no concelho, pedia que numa próxima vez os dados do desemprego pudessem ser achados de três fontes distintas.-----


-----Mais esclareceu que os dados que ali estavam vinham dos boletins estatísticos mensais do concelho do IEFP, mas que também existiam os dados do INE, e estes dados do INE consideravam os indicadores da população desempregada, da população ativa e calculavam uma percentagem das taxas de desemprego, sendo que a obtenção destes dados vinha do inquérito às pessoas e ainda tinham o caso dos dados da PORDATA.-----

-----Acrescentou a Senhora Vereadora que, uma vez que os dados eram calculados de uma forma diferente, seria interessante que lhes fizessem chegar os dados das três fontes diferentes.-----

-----O Senhor Vereador Paulo Ramalho interveio, afirmando que o Governo administrava as suas políticas de propaganda, e não só, através do IEFP, e que portanto estes eram os mais fiáveis.-----


-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão respondeu, afirmando que não eram os mais fiáveis e que era aconselhável a consulta às três fontes, para a obtenção de resultados reais, tendo em linha de conta a fidedignidade das fontes.-----

-----Acrescentou a Senhora Vereadora que estava ali na sua função cívica de tentar, de facto, que tinha aprendido em todas as organizações



Data: 18 / 06 / 04

Fl. (37) 1



que dirigiu, e que foram bastantes, que se não conseguissem identificar os seus pontos fracos, dificilmente conseguiriam evoluir e manter os pontos fortes e a trabalhar no âmbito das oportunidades e das ameaças, que eram os fatores externos.-----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora que esta análise SWOT era fundamental e se não identificassem o que estava mal dificilmente conseguiriam melhorar, para além do facto de que se trabalhassem com dados que não eram os dados reais, era difícil de, efetivamente fazerem uma leitura exata da situação.-----

-----Acrescentou ainda a Senhora Vereadora que não estava a dizer que os dados eram irreais, mas sim que havia outras fontes que poderiam ser mais fidedignas ou que, pelo menos, lhes davam os dados que mais lhes interessavam para fazer a análise do Concelho.-----

-----O Senhor Vereador Paulo Ramalho interveio, afirmando que existiam alguns problemas na Maia, que mereciam uma outra reflexão, pois havia empresas que neste momento se queixavam que não tinham capacidade de recrutar recursos humanos no território municipal.-----

-----Mais acrescentou o Senhor Vereador que a nossa taxa de desemprego era tão baixa, comparativamente com aquilo que era a realidade do distrito, que algumas empresas tinham dificuldades em recrutar recursos humanos.---

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, afirmando que o concelho da Maia teve uma redução de desemprego de 2,81 por cento, face a Fevereiro, e que a região Norte registou uma redução de desemprego de 3,04 por cento, também face a Fevereiro, ou seja, ainda foi superior à do Concelho, mas que no entanto, estava ali registado que o concelho da Maia, em Março, registava um total de 5916 desempregados, valor este que representava uma redução de 3,30 por cento, acima da média do País e do Norte, face a Fevereiro.-----

-----O Senhor Vereador Paulo Ramalho explicou que a Maia era o concelho da Área Metropolitana do Porto, que mais oferta de emprego tinha, com ações empresariais apelativas e reais possíveis de ver com o número de instalações que o Concelho tinha, e que era, inclusive, o que mais produzia.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (37) 2

-----Acrescentou o Senhor Vereador que o Concelho tinha quase pleno emprego, e que, obviamente, haviam pessoas que não trabalhavam na Maia e que viviam na Maia, e também pessoas que trabalhavam na Maia e que viviam nos arredores, devido ao facto das boas acessibilidades e mobilidade, que ainda fazia com que isso mais acontecesse.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (38)

PONTO N.º 31

EXPEDIENTE. -----

----- Presente, para conhecimento, ofício da Assembleia Municipal da Maia, registado sob o n.º 21 625/18, comunicando que na 2.ª Sessão Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2018, foram homologadas as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, sobre os seguintes assuntos:-----

- Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2017 da Câmara Municipal da Maia – **aprovado por maioria com vinte e três (23) votos a favor da Coligação “Maia em Primeiro” e do Deputado do Independentes por Vila Nova da Telha, dezanove (19) votos contra da Coligação “Um Novo Começo”, do BE e da CDU e uma (1) abstenção do PAN;**-----

----- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação – **aprovado por maioria com vinte e três (23) votos a favor da Coligação “Maia em Primeiro” e do Deputado do Independentes por Vila Nova da Telha, quinze (15) votos contra da Coligação “Um Novo Começo”, e cinco (5) abstenções do BE, da CDU e do PAN;**-----

- Documentos Finais Obrigatórios e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, relativos ao ano de 2017 – **aprovado por maioria com vinte e três (23) votos a favor da Coligação “Maia em Primeiro” e do Deputado do Independentes por Vila Nova da Telha, quinze (15) votos contra da Coligação “Um Novo Começo”, e cinco (5) abstenções do BE, da CDU e do PAN;**-----

- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – 1.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2018 a 2021 e do Orçamento Ordinário para o ano de 2018 – **aprovado por maioria com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação “Maia em Primeiro”, do BE, da CDU e do Deputado do Independentes por Vila Nova da Telha, e dezasseis (16) abstenções da Coligação “Um Novo Começo” e do PAN;**-----

Data: 18 / 06 / 04

Fl. (39)

- Regularização extraordinária de vínculos precários na Administração Pública – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro – **aprovado por unanimidade**;
- Alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – ano de 2018 – **aprovado por maioria**;
- Alteração de Estatutos da Fundação Conservatório de Música da Maia – **aprovado por maioria com vinte e seis (26) votos a favor da Coligação “Maia em Primeiro”, da CDU, do PAN e do Deputado do Independentes por Vila Nova da Telha, e dezassete (17) abstenções da Coligação “Um Novo Começo” e do BE.**

-----Mais informa que tomou conhecimento dos seguintes pontos:-----

- Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento);
- Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão e Riscos do Município da Maia 2018;
- Prestação de Contas Empresas Municipais 2017;
- Prestação de Contas 2017 – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe.

-----A Câmara tomou conhecimento e recomendou que fosse transmitida aos respectivos Serviços da Autarquia, para os devidos efeitos, as resoluções da Assembleia Municipal.-----